

<http://dx.doi.org/10.26694/pensando.v15i35.5319>

Licenciado sob uma Licença Creative Commons

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0>



## POR QUE AINDA SOMOS FREIREANOS? ANALISANDO O “PAULOFREIRIANISMO”, UMA “TEOLOGIA LAICA”

*Why we are yet freireans?  
Assessing “paulofreirianismo”, a “secular theology”*

Mauro Sérgio de Carvalho Tomaz  
UFSJ

**Resumo:** Porque ainda somos freireanos? A resposta a esta simples pergunta parece ter deixado de ser pedagógica, educativa, libertadora e conscientizadora, de acordo com o que originalmente era esperado, para se transformar em algo mais: uma teologia laica. Esta é a afirmação do professor Flávio Brayner, da Universidade Federal de Pernambuco, em seu ensaio “*Paulofreireanismo: uma teologia laica?*”. O processo de transformação que levou a esta metamorfose da pedagogia freireana é chamado por ele de “institucionalização” e passa pelos seguintes elementos: como o culto à personalidade, a fidelidade doutrinária, a criação de um programa metodológico, de um léxico próprio e uma disciplina acadêmica e, finalmente, a admissão do método Paulo Freire como base e *modus operandi* de Políticas Públicas por meio da promulgação do autor como Patrono da Educação Brasileira, em 2012, e na publicação do Marco de Referência da Educação Popular, em 2014. Esse processo, aliado a questões internas da pedagogia de Freire, ou seja, seu caráter profético (escatológico) e salvacionista (soteriológico), fizeram com que Flávio Brayner encontrasse a resposta para a sua questão em outro lugar: nessa estranha mistura entre laicidade e teologia. Neste artigo, pretendo analisar sua argumentação para compreender melhor o “paulofreireanismo” e como ele tem atrapalhado, impedido e deturpado a crítica profícua que poderia surgir do estudo aprofundado da obra de Paulo Freire. Portanto, ainda que este artigo não se caracterize propriamente como uma investigação filosófica, ele serve como apoio para futuros trabalhos de análise do pensamento do recifense.

**Palavras-chave:** Paulo Freire, “paulofreireanismo”, crítica, teologia laica.

**Abstract:** Why we are yet freireans? The answer to this simple question seems no longer be pedagogic, educative and libertarian, but transformed in something else: a secular theology. This is the point of an essay from Flávio Brayner, from the Federal University of Pernambuco (UFPE), entitled “*Paulofreireanismo: a secular theology?*”. He calls “institutionalization” the process of metamorphosis that transformed the freirean pedagogy. In his essay, he recognizes the following constituting elements of the process: cult to the persona, doctrinaire fidelity, the creation of a methodology program, of a proper and legitimized lexicon and of an academic discipline. As the last and decisive element is the assumption of the “Paulo Freire’s method” as the basis and *modus operandi* of Public Policies by the promulgation of him as Patron of Brazilian Education, in 2012, and the publication of the Mark of Reference to the Popular Education, in 2014. This process, and some additions of inner questions of Paulo Freire’s pedagogy, that is, its prophetic (eschatological) and salvationist (soteriological) goals, guided Flávio Brayner to find an answer to his question in another place: in a weird mixture between secularity and theology. In this paper, I pretend to analyze his argumentation to better comprehend what he called “paulofreireanismo” e how it have complicated, refrained and distorted the fruitful critical that could emerge from the deepened study of Paulo Freire’s works.

**Keywords:** Paulo Freire, “paulofreireanismo”, critical study, secular theology.

## Considerações iniciais ou “Primeiras Palavras”

Eu gostaria de iniciar este trabalho fazendo uso do primeiro comentário do professor Flávio Brayner no ensaio intitulado “*Paulofreireanismo: instituindo uma teologia laica?*”, que utilizei como base para este artigo. Este comentário revela suas intenções argumentativas e serve também para apresentar quais são as minhas:

O ensaio que segue não trata diretamente de Paulo Freire (1921-1997) como construtor de ideias educacionais, nem se coloca forçosamente “contra” ou “a favor” de sua obra: o homem e o educador têm, aqui, importância secundária em nossa argumentação e as lembranças, citações ou referências aos seus escritos se darão apenas quando o assunto tratado – o “paulofreireanismo” – assim o exigir (BRAYNER, 2017, p. 853, aspas e travessões no original)

Em diversos artigos<sup>1</sup> e também na minha dissertação de Mestrado<sup>2</sup> pude apresentar e discutir diversos tópicos – muitos deles polêmicos – da obra freireana de modo científico e crítico, mas o que pretendo fazer no artigo presente é analisar um problema com o qual me deparei no estudo da obra de Paulo Freire e que, por incrível que pareça, não diz respeito a seus livros ou a proposta pedagógica que neles encontramos. Durante algum tempo – de 2015, quando entrei no Mestrado, a 2022, quando tomei contato com o texto do professor Flávio Brayner, já no doutorado – lutei com um inimigo invisível que permeava quase todos os lugares em que eu me dispunha a falar sobre minha pesquisa que, naquela época, buscava compreender melhor o pensamento do recifense. Esse inimigo era poderoso, mas seu poder não provinha de um conhecimento aprofundado das obras do autor. Pelo contrário, muitos dos mais ferrenhos opositores que encontrei não tinham ido além da “trilogia básica”: *Pedagogia do oprimido*, da *Esperança* ou da *autonomia* e nem sequer imaginavam que havia algumas obras intituladas *La naturaleza política de la educación* (FREIRE, 1990) ou *Os cristãos e a libertação dos oprimidos* (FREIRE, 1983). Só depois de ler o texto do professor Brayner consegui compreender, finalmente, que tipo de conduta era aquela e de onde provinha toda a força desses adversários: do “*paulofreireanismo*”, a “institucionalização do seu pensamento” (BRAYNER, 2017, p. 853).

Institucionalizar um pensamento não é o mesmo que ter a presença do pensamento de um autor em uma instituição. No segundo caso, existe a possibilidade de que as próprias bases de uma instituição sejam constantemente colocadas à prova, que as respostas estejam sempre renovadas com a ação revigorante do pensar, da reflexão e da crítica sincera, ainda que as perguntas continuem essencialmente as mesmas. Esse é um uso saudável do pensamento de um autor, mantém-no vivo e pode servir para que a instituição esteja em constante processo de melhora. Já a institucionalização de um pensamento faz exatamente o contrário: submete as ideias ao escopo institucional e o faz ser regido pelas mesmas leis que regem a instituição com o único intuito de mantê-las em funcionamento. Ao contrário de um amigo sincero que quer nossa melhora e nos diz coisas necessárias que não gostaríamos de ouvir, o pensamento se torna um servo ou escravo, cujo cinismo e bajulação são as marcas distintivas. Para as perguntas e desafios surgidos, as mesmas respostas são dadas, pois existe um perímetro delimitado em que é institucionalmente permitido percorrer. Essa é, para Flávio Brayner (2017, p. 869), a “segunda morte” do autor, pois a institucionalização retira dele toda sua força e ousadia original.

<sup>1</sup> Mapeamento e análise do conceito “conscientização” em Paulo Freire (CES Revista, 2019), *O Tesouro da Vida Autêntica: Reflexões em Ortega y Gasset e Paulo Freire* (Revista Brasileira de Educação e Cultura, 2019), *Educação e revolução: uma análise crítica da proposta de libertação dos oprimidos em Paulo Freire* (Saberes Interdisciplinares, 2019), *Ortega y Gasset e Paulo Freire, aproximações possíveis no conceito de liderança social* (Prometeus/UFS, 2017).

<sup>2</sup> *Ortega y Gasset e Paulo Freire: um diálogo entre educação e política* (UFSJ, 2018).

Decidi escrever sobre esse tema por quatro motivos: a) pela vontade de partilhar o texto do professor Flávio Brayner, que, pela sua importância crítica e reflexiva, é ainda muito pouco conhecido, b) por acreditar sinceramente que muitos que agem da forma descrita no texto, como apóstolos de Paulo Freire, não percebem o erro que estão cometendo, c) por esperar uma resposta sincera daqueles que porventura reconheçam ter transformado o “*paulofreireanismo*” em uma teologia, pois é disso que se trata a institucionalização, e d) por desejar que seja possível um debate verdadeiro e efetivo sobre suas ideias, sem que tal debate seja considerado uma blasfêmia ou uma heresia.

Por fim é preciso fazer um breve comentário sobre o “caráter filosófico” desse trabalho. Esta foi uma questão levantada nas discussões durante o XIV Colóquio Antero de Quental, realizado em Teresina-PI, em novembro de 2023. As considerações a este respeito são simples e não parecem serem polêmicas o suficiente para atrapalharem a discussão sobre o tema tratado aqui. Em primeiro lugar, este artigo não considera Paulo Freire propriamente um filósofo, de modo que seria logicamente impossível construir uma argumentação filosófica. É como se esperássemos que um bolo que não leva açúcar no preparo fosse doce. Isso não impede, nos parece, que a argumentação desenvolvida nesse trabalho sirva como apoio para o estudo da obra de Paulo Freire. Esse apoio tem como único objetivo fazer um alerta para os caminhantes que não pretendem se perder e, também, lembrar àqueles que se desviaram, de que aquela não é a trilha principal trilhada pelo autor. Uma placa de aviso pode nos fazer duvidar de um atalho duvidoso, mas nada além disso. Esta foi nossa intenção neste trabalho.

### Aspectos reveladores da “instituição Paulo Freire”

Eis uma pergunta muito simples: “por que ainda somos freireanos?” (BRAYNER, 2017, p. 854). Dependendo do ambiente em que essa pergunta é colocada, as consequências podem ser das mais anódinas ou – quem diria! – às mais reacionárias. Lembro-me que durante as duas horas do exame de qualificação de minha dissertação de Mestrado, fui constantemente colocado em uma situação desconfortável e ameaçadora por ter afirmado que Paulo Freire havia utilizado ideias de Ortega y Gasset sem lhe dar o devido crédito e que o seu “método” supostamente inovador utilizado em Angicos, em 1963, - “para todos os efeitos, ‘a Jerusalém do ‘paulofreireanismo’ (idem, p. 869, *aspas no original*) – era *incomodamente* semelhante ao de Frank Laubach, que fora convidado a palestrar em Pernambuco 20 anos antes, em 1943, quando Paulo Freire era diretor do SESI.

A dúvida colocada pelo autor tem como objetivo compreender quais são os questionamentos que o pensamento de Paulo Freire ajuda a responder ainda hoje e sua desconfiança é de que essa indagação “parece ter deixado, há algum tempo, de ser uma indagação ‘pedagógica’: desconfio, pois, que somos *freireanos* por razões que deixaram de ter natureza ‘educativa’, ‘libertadora’ ou ‘conscientizadora’” (idem, p. 854, *aspas e itálico no original*). Isso significa que sua essência tenha se perdido e se transformado em algo mais e, para Brayner, esse “algo mais” passa, inicialmente, por três etapas incômodas e polêmicas, em seguida por um processo de institucionalização e, finalmente, se transforma em um misto esdrúxulo de laicidade e soteriologia.

A primeira etapa é “o culto à personalidade” (idem, p. 855). A primeira característica desse culto são os epítetos e ninguém desconhece que Paulo Freire é cheio deles: “Cidadão do Mundo” (TORRES, s/d), “Andarilho da Utopia” (nome de CD com gravações de várias entrevistas<sup>3</sup> e também título de peça de teatro<sup>4</sup>), “Andarilho do Óbvio”, autodenominação encontrada em *Por uma pedagogia da pergunta* (FREIRE; FAUNDEZ, 1985, p. 12), “Andarilho da Esperança” (BALDUINO; BUENO, 2005), “Semeador da Esperança” (BRANDÃO, 2005, p. 101), “Educador Brasileiro e do Mundo” (título do recente

<sup>3</sup> Disponível no Acervo Paulo Freire: <https://www.acervo.paulofreire.org/items/538d30e2-3be1-4eef-8db7-4eb0ab4bc396>

<sup>4</sup> Direção de Luiz Antônio Rocha.

curso realizado na USP em comemoração ao seu centenário<sup>5</sup>). Estes são apenas alguns exemplos. Isso faz com que exista uma “[...] sacralização do nome de Paulo Freire, de sua obra e de seu legado pedagógico que *rara e excepcionalmente se fazem objeto de uma avaliação isenta e rigorosa*” (BRAYNER, 2017, p. 855, *itálicos meus*). E completa mais adiante que “[...] essa *camaraderie* freireana termina por fragilizar exatamente aquilo que a obra dele tanto exigiu: a vigilância crítica!” (idem, p. 856). Tal comportamento não é só estranho por conta da exigência de excelência e criticidade que se espera dos estudiosos e professores universitários, mas também porque o próprio Freire comenta amiúde em seus livros sobre essa mesma exigência: em *Cartas à Cristina*, por exemplo, ele diz que submetia “[...] sempre a prática de que participava e a de outros a uma indagação que não me satisfazia com as primeiras respostas. A um questionamento severo, metodicamente rigoroso” (FREIRE, 1994, p. 140).

Finalmente, a sensação de um culto à personalidade é ratificada por uma ação menos perdoável, [que] é ver espalhados, nos centros de educação deste país, imensos pôsteres daquele educador, com sua longa e profética barba sobre fundo de uma frase qualquer, em geral de forte apelo emocional e ideológico. Coisas como “ninguém liberta ninguém...”; “a educação não muda o mundo, muda as pessoas...”; “todo ato educativo é um ato político”... – e poderíamos multiplicar os exemplos! – atestando a interessante operação intelectual posta em prática pelos freireanos: realizar o trânsito de uma pedagogia com pretensões soteriológicas para uma espécie de teologia laica, com suas fraternidades, seus códigos identificatórios, seu léxico, sua vulgata, seus oficiantes e, finalmente, a sacralidade com que o seu nome é invocado, sua “presença” lembrada, sua imagem cultuada (idem, p. 856, *aspas e travessões no original*).<sup>6</sup>

Percebe-se, portanto, que aquele “algo mais” que comentei anteriormente, quando me referi à resposta que Brayner procura obter para a pergunta “por que ainda somos freireanos?”, é justamente a transformação de um ideal que era originalmente subversivo e pedagogicamente conscientizador e libertador em uma teologia laica. Para o autor em questão, é isto que está em jogo no processo de institucionalização de Paulo Freire, cuja primeira etapa é o culto à personalidade sobre a qual acabei de comentar.

A segunda etapa é a fidelidade doutrinária. Essa atitude é um seguimento obrigatório quando o culto à personalidade está estabelecido. Para esclarecer inequivocamente o que o autor está querendo dizer, é preciso compreender que essa expressão não se refere àquele tipo de ação que faz com que uma pessoa se sinta totalmente dedicada a uma teoria a ponto de evitar que ela se contamine com outras – o que talvez poderíamos chamar de especialização. Ele também não se refere à atitude de alguém que se mantenha constantemente observando o próprio comportamento a fim de perceber se continua a defender os mesmos objetivos que um determinado grupo estabeleceu como compromisso a todos os membros. O tipo de fidelidade doutrinária a que se refere é explicada pela compreensão de que “os instrumentos conceituais de que se dispõe para julgar a sua validade e para avaliar as relações dela com a realidade são aqueles fornecidos pelo próprio sistema doutrinário, o que impede o fiel de ultrapassar os limites mentais oferecidos por aquele *corpus* [...]” (BRAYNER, 2017, p. 856, *itálico no original*). Em última instância essa fidelidade é produzida pela repetição mecânica, automática e irrefletida dos jargões e clichês, “uma das formas ‘terminais’ de institucionalização de um pensamento” (idem, p. 857, *aspas no original*), que são, no caso da obra de Paulo Freire, em sua maioria, como se viu em citação anterior, de “forte apelo emocional e ideológico” e, muitas vezes, repetidas de tal forma que quase se pode ouvir, de modo latente, um “amém”.

<sup>5</sup> “Ano 100 com Paulo Freire”: disponível em: <https://www4.fe.usp.br/ano-100-paulo-freire>

<sup>6</sup> Impossível é ler este trecho e não lembrar deste outro: “The flat was seven flights up, and Winston [...] went slowly, resting several times on the way. On each landing, opposite to the lift shaft, the poster with the enormous face gazed from the wall. It was one of those pictures which are so contrived that the eyes follow you about when you move” (ORWELL, 2008, p. 3)

Selecionei duas provas contundentes deste impedimento para ultrapassar os “limites mentais”: a primeira diz respeito ao fato de que a conhecidíssima frase “a educação não muda o mundo. A educação muda as pessoas. As pessoas mudam o mundo”, repetida verdadeiramente *ad nauseam*, nem mesmo é de Paulo Freire! Na verdade, ela é de um amigo e comentarista, Carlos Rodrigues Brandão, e aparece em *Paulo Freire, educar para transformar: fotobiografia* (BRANDÃO, 2005, p. 51) e com algumas variações em *Cultura Rebelde: escritos sobre a Educação Popular ontem e agora* (BRANDÃO; ASSUMPÇÃO, 2009, p. 95). A segunda é sobre algo que aparece no Marco de Referência da Educação Popular sobre o qual comentarei adiante. Esse documento, que foi publicado em 2014, parte da pedagogia de Paulo Freire para organizar e balizar a criação de novas políticas públicas estatais. Logo no início do documento, lê-se o seguinte: “contribuíram para a leitura crítica deste marco: Antônio Gouvêia, Conceição Paludo, Moacir Gadotti, Oscar Jara e Pedro Pontual” (BRASIL, 2014, p. 4). Ora, todos estes autores são reconhecidamente freireanos! Sendo assim, como isso pode ser considerado uma “leitura crítica”? Este exemplo demonstra exatamente o que Flávio Brayner quer dizer ao utilizar a expressão “fidelidade doutrinária” e nos faz pensar que “o que era, no início, potencialidade crítica, aqui se transforma em operação ideológica, oferecendo antecipadamente as respostas às indagações e evitando a tarefa do pensar” (BRAYNER, 2017, p. 857).

“Dura é essa palavra. Quem consegue ouvi-la?” (Jo 6:60), perguntam os seguidores de Jesus que, frustrados, o abandonarão seis versículos mais tarde. Será que ainda somos freireanos por motivos que, hoje, nada tem a ver com o ideal original de conscientização, subversão e libertação almejados pelo autor? Somos hoje integrantes de um culto soteriológico, cuja doutrina é tão rígida que não admite nenhum tipo de crítica ou correção sem ser considerada uma heresia? As fogueiras ainda estão acesas, mas agora, ao invés de fogo, o que nos queima até a desintegração é a poderosa e inclemente voz da opinião pública.

Depois de estabelecido o culto à personalidade<sup>7</sup> e a decorrente fidelidade doutrinária, a terceira e última etapa da institucionalização, antes do processo em si, é o estabelecimento de um programa metodológico (BRAYNER, 2017, p. 857). Para Brayner, as bases deste programa aparecem já na tese redigida por Freire para concorrer à vaga de professor de História e Filosofia da Educação na Escola de Belas Artes em Pernambuco, em 1959, e que, quase 50 anos depois, seria publicada sobre o título de *Educação e atualidade brasileira* (2003). Essa obra contém praticamente a mesma argumentação presente em *Educação como prática da liberdade* (2014). É importante notar, todavia, que Flávio Brayner reconhece que é impossível saber (idem, p. 858) se a instituição deste “programa metodológico” fazia parte da intenção de Paulo Freire naquela época. No entanto, em um artigo de 1963 intitulado *Conscientização e Alfabetização: uma nova visão do processo* e publicado na revista *Estudos Universitários*<sup>8</sup> da então Universidade do Recife (hoje UFPE), Paulo Freire analisa sua experiência até então e propõe as etapas do seu método. Estas não diferem de todo da argumentação presente em *Educação e atualidade brasileira* e tem como objetivo realizar uma transmutação da consciência ingênua para a consciência crítica. Percebe-se que aqui se encontra a distinção clássica da fenomenologia entre um sujeito conhecedor englobado por um mundo objetivo a ser transformado. O objetivo do método neste artigo é fazer com que, a partir da transmutação da consciência individual pudesse haver uma alteração da realidade nacional identificada por ele na época. “Mas não é qualquer consciência individual que importa aqui”, alerta o professor Flávio Brayner (2017, p. 857, aspas no original), “mas a dos ‘proletários e subproletários’, que mais tarde ganharão o nome genérico de ‘oprimidos’”.

<sup>7</sup> Que deve ter sido arranhada pelo embaraçosamente vergonhoso livro *Nós dois*, de Nita Freire (Paz e Terra, 2012).

<sup>8</sup> Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/estudosuniversitarios/issue/view/3367>.

O artigo subsequente da mesma revista é bem mais explícito em relação ao estabelecimento de um programa metodológico: seu título não é outro senão *A Fundamentação Teórica do Sistema Paulo Freire de Educação*, de autoria de Jarbas Maciel, que à época era auxiliar de Freire na Universidade do Recife. A tentativa de Maciel é avaliada por Brayner como “uma verdadeira miscelânea ideológica” (ibidem), na qual se vê, por exemplo, tentativas no mínimo exóticas de “juntar dialogicidade com pavlovianismo” (idem, p. 858). Além disso,

as teorias ditas sistêmicas [...] entendem que as instituições são uma espécie de caixa racionalizante na qual nós introduzimos insumos ou fomentos (*input*) que se transformam no seu interior e nos fornece, ao final, um resultado previsto no plano inicial (*output*), mesmo que aqui se trate de consciências: o problema é quando se tenta realizar o *tour de force* de juntar sistema com libertação! (ibidem, itálicos no original).

O que está em questão nestes dois textos e no tal programa metodológico é o que já se viu comentado no terceiro capítulo de *Pedagogia do oprimido* e exemplificado em *Educação como prática da liberdade*: palavras e temas geradores e universo vocabular, que são as bases do método. Qual é o problema então?

Ora, as palavras e temas tem uma significação dentro de uma comunidade semiótica específica que é a classe popular a que pertence (leia-se “rural” no âmbito do artigo em questão). Esse universo semântico característico segue as próprias regras e tem uma vivacidade própria na palavra pronunciada em uma situação específica. É o verdadeiro *logos* gerador, palavra viva. A partir do momento em que um forasteiro recolhe essas palavras para se utilizar delas com outra intenção, atribui a elas um significado que em seu universo semântico materno e original jamais surgiria, pois a nova significação da palavra passa por um processo intencional de suposta transitividade de uma consciência ingênua (a do homem do campo) para uma consciência crítica (atribuída à urbanidade). Essas palavras e temas que foram retirados de seu universo semântico original são organizadas em uma nova hierarquia

segundo seu grau ou poder de “conscientização”, quer dizer, de se fazerem objeto de um “desvelamento” ideológico de coisas aparentemente escondidas à consciência do homem ordinário – mas visíveis por aqueles que as seleciona – e capazes de, se trazidas à luz, favorecer emergências de consciência porque são capazes de desvelar o opressor hospedado em cada um deles (BRAYNER, 2017, p. 859, aspas e travessões no original).

Se existe a noção de que alguém de fora esteja autorizado a recolher, organizar e devolver estas palavras, transformando-as de uma suposta ingenuidade, insuficiência ou precariedade inicial em uma ferramenta de criticidade, não se está tratando o primeiro grupo, de onde as palavras foram recolhidas, de modo salvacionista? Este não é o terceiro aspecto da transformação da pedagogia em uma teologia? Têm-se todas as cartas na mesa: um projeto de salvação, a fidelidade a esse projeto e um messias.

É preciso deixar claro neste ponto que não estou criticando esse modo de compreender a pedagogia: afinal a educação não é mesmo esse processo em que alguém menos agrilhado ajuda a alguém menos livre a se libertar? A meu ver, o verdadeiro processo educativo é melhor representado em *O conde de Monte Cristo* que em qualquer outro livro sobre educação que eu já tenha lido. O caridoso Abade Faria é a referência máxima do bom professor: paciente e sensível à insuficiência de seu aluno, fiel à sua perspectiva apesar da descrença de todos ao seu redor, empenhado a fazer de Dantès uma pessoa melhor, mas terrivelmente consciente de que também ele é um prisioneiro em busca de liberdade. A crítica que aqui apresento tem a ver com a hipocrisia de negar, como se observa constantemente no “paulofreireanismo”, a existência de menos e mais capacitados. Aquilo que Ortega y Gasset chamara de minorias e massas em seu clássico de

1930, *La rebelión de las masas*, que, diga-se de passagem, Paulo Freire conhecia muito bem<sup>9</sup>.

À medida que o método se desenvolve, o processo de recolhimento de palavras e temas geradores arrefece e se extingue, distanciando-se totalmente da prática inicial para se transformar em uma cartilha genérica em que as palavras e temas já vinham previamente definidos, chamada de *Livro de Leitura para Adultos*, disponibilizado no início dos anos 60 pelo *Movimento de Cultura Popular (MCP)* do Recife. Nesse momento, Paulo Freire se afasta do MCP alegando que essa definição prévia do material ia contra os ideais pedagógicos originais do método. Flávio Brayner, no entanto, acredita que o motivo seja mais complexo do que isso.

Para ele, sob a suposta ideia de partir da realidade do educando, o que dava ao método ares de pedagogia democrática, existe um esquema sutilmente construído para atingir outros objetivos:

embora a “tese” pareça possuir um elemento “revolucionário” e educativo, no fundo esconde um contrabando ideológico em que a atividade crítica só começa após essa intervenção intelectual, e não antes, quando o uso apenas ordinário das expressões impede processos de “conscientização” (BRAYNER, 2017, p. 860, aspas no original).

Tem-se, portanto, explicado o terceiro momento em que o professor Flávio Brayner reconhece o movimento de institucionalização de Paulo Freire no que ele tem chamado de “paulofreireanismo”.

O que até agora procurei apresentar de sua argumentação é que o culto à personalidade, a fidelidade doutrinária e a constituição de um método, são elementos de uma institucionalização que causam, de um lado, um enquadramento empobrecedor da criticidade para com a obra do autor e, de outro, a necessidade de assumir um viés ideológico inequívoco, que tem sua força não no poder dos argumentos, mas em um tipo de comportamento determinado pelos dogmas estabelecidos pela instituição. Essa forma de compreender a questão, faz com que Brayner compare o “paulofreireanismo” a uma teologia laica. Vejamos primeiro quais são as fases do processo que levam a isso.

### O processo de institucionalização

Não se pode esquecer que todo o método mencionado ao final do tópico anterior é erigido com base na palavra: a importância que Freire dá a ela é tanta que é difícil mesmo comentar rapidamente sobre isso sem cometer um erro grosseiro. Um dos elementos chave de sua reflexão é compreender que quem controla a palavra, controla a perspectiva que se tem do mundo. Por isso o método parte de uma análise do universo vocabular da comunidade em que vai agir, pois elas revelam a visão de mundo daquele determinado grupo. Uma vez recolhidas e semanticamente transformadas pela intenção ideológica de quem visa “conscientizar” aquele grupo, elas alteram não só sua significação em seu contexto original específico, mas transformam a relação de perspectiva e ação que o indivíduo mantém com seu entorno. Portanto, uma parte essencial do processo de institucionalização do pensamento é a construção de um léxico oficial, mas ao contrário de um pensamento não institucionalizado que serve para definir, esclarecer ou sinonimizar um termo obscuro, ele “ordena e limita o campo em que um pensamento está autorizado e legitimado a designar coisas, e fora dele tais coisas perdem seu sentido e não são pronunciáveis” (idem, p. 862).

O “paulofreireanismo” tem o *Dicionário Paulo Freire* (STRECK et al, 2008) como referência para uso dos vocábulos e expressões “freireanas” que podem ser legitimamente

<sup>9</sup> Conforme demonstrei na primeira parte de minha dissertação de mestrado (UFSJ, 2018).

utilizadas com o aval da instituição<sup>10</sup>. Alguns dos vocábulos que aparecem nas obras do recifense necessitavam, de fato, de uma melhor definição, como por exemplo “inacabamento” (idem, p. 221), anúncio/denúncia (idem, p. 45) ou “oprimido/opressor” (idem, p. 294), apesar de esta última ser tão equívoca no *Dicionário* quanto sempre foi nos livros. Eu mesmo (CESJF, 2019), por meio de uma análise de quase todo o *corpus* da obra de Freire, consegui extrair nove definições diferentes para o conceito de “conscientização”. No entanto, a definição de alguns verbetes presentes no *Dicionário* parece ter cruzado a linha limítrofe da institucionalização. Me refiro à estranha e questionável pretensão de dar novo significado dentro da obra freireana – afinal, para quê mais serviria um *Dicionário Paulo Freire?* – a termos como “África” (STRECK *et al*, 2008, p. 27), “Ásia” (idem, p. 48) e “Chile” (idem, p. 66), “cristão (cristianismo)” (idem, p. 96) e, talvez o pior de todos, “mangueira” (idem, p. 252). Vejamos como o *Dicionário* define este termo:

em seus escritos autobiográficos, a presença marcante das árvores em sua vida é constantemente reafirmada. Entre as árvores, a mangueira merece uma atenção e um carinho especial. A mangueira é uma árvore frutífera comum na Região Norte e Nordeste do Brasil que foi trazida pelos jesuítas no início da colonização (Cf. nota 2, de Ana Maria Araújo Freire, in: *À sombra desta mangueira*). Uma de suas características é a generosidade de sua copa em cuja sombra Paulo Freire rabiscou as primeiras letras, no chão, e que depois passou a ser o lugar do aconchego para onde se retirava para, na solidão, encontrar-se consigo e com os outros. A mangueira – que poderia ser a jaqueira, o cajueiro ou outra árvore – revela também o papel da sensualidade na teoria pedagógica freiriana. As frutas têm cheiro e gosto, o sopro do vento nas folhas produz sons, as flores atraem insetos, os troncos e os galhos convidam as crianças a neles subir e se agarrar. Esta sensualidade está presente na ação educativa. Conhece-se de corpo inteiro, dirá Freire repetidamente, com o intelecto, com as mãos e com o coração. Pode-se ainda ver a mangueira com metáfora para o significado de Freire para a pedagogia. Ele é como a mangueira em cuja sombra educadores e educadoras, além de comunicadores, políticos, profissionais da saúde e outros campos, de diferentes lugares do mundo, com distintas filiações teóricas têm um lugar de encontro. É a sombra que convida e desafia para o diálogo, para a troca e para a comunhão. Ela simboliza o “menino conectivo” cuja teoria hoje se tornou uma espécie de plataforma para compartilhar experiências e debater ideias de pessoas que continuam se inquietando e indignando com a injustiça e com a desumanização. (ibidem, aspas e travessões no original).

Compreender a relação de Paulo Freire com a mangueira é mesmo necessário para esclarecer e discutir de modo crítico aspectos relevantes de seu pensamento? Mas, claro: um dicionário que se preze - e que não queira sentir-se humilhado na estante diante de um *Aurélio* ou um *Houaiss* - precisa ser volumoso. Talvez o problema esteja no título do livro: apesar de ser apresentado como dicionário, o que se encontra no interior é um índice remissivo. Feita essa mudança no título, pode ser que o uso de alguns vocábulos fosse perdoável: pois então não haveria sugestão de uma nova significação.

De qualquer modo, “se imaginarmos que o ‘método’ parte, em uma ponta, da palavra como experiência vivida do educando”, comenta o professor Flávio Brayner (2017, p. 863, aspas no original), “e, lá na outra ponta, vemos toda a sintaxe do ‘método’ aprisionado no interior de um... dicionário, penso que podemos obter uma boa ideia do que estou chamando de institucionalização!”. Assim, ele reconhece a dicionarização como um dos elementos desse processo.

O passo seguinte - “decisivo” (ibidem) - é a transformação do “paulofreireanismo” em disciplina universitária. Ele é decisivo, pois uma vez que é colocado em uma perspectiva formativa, com um sistema de conteúdos e avaliações, de conteúdos

<sup>10</sup> Algumas, é claro, não podem ser sequer mencionadas, nem mesmo pelos seguidores da doutrina. É o caso de duas afirmações que talvez sejam das mais polêmicas de toda a *Pedagogia do oprimido* “consciente ou inconscientemente, o ato de rebelião dos oprimidos, que é sempre tão ou quase tão violento quanto a violência que os cria, este ato dos oprimidos, sim, pode inaugurar o amor” (FREIRE, 2016, p. 82). E: “a revolução é biófila, é criadora de vida, ainda que, para criá-la, seja obrigada a deter vidas que proibem a vida” (idem, p. 264).

programáticos e bibliografia básica consagrada, é totalmente esvaziado de seu caráter original marginal e subversivo. Não se tem mais pretensão de libertar ou conscientizar, pelo contrário: agora “o que se faz aqui é a leitura, o aprendizado e o comentário da obra do mestre, o que não tem, a rigor, nada mais a ver com ‘educação popular!’” (BRAYNER, 2017, p. 864, aspas no original).

Para esclarecer um pouco mais o processo de institucionalização é preciso compreender que o autor identifica, nessa altura do texto, “educação popular” com seu termo “paulofreireanismo” (ibidem), e o faz ao sugerir que

o mais elevado patamar desse amplo programa de institucionalização doutrinária se dá quando a educação popular (leia-se “paulofreireanismo”) se torna Política Nacional de Educação Popular vinculada à Secretaria de Articulação social da Presidência da República e que culmina com a elaboração e publicação de um marco de referência (2014)! (ibidem, parênteses no original).

O principal problema que Brayner encontra no marco de referência é a tentativa de fazer do Estado um grande pedagogo, cujas bases de sua prática pedagógica para discutir e construir políticas públicas não seria outro que o método freireano. Isso fica claro na leitura do documento:

Importa para este Marco destacar o ideário freireano sem estabelecer dicotomia entre os espaços do “Estado” e os da “sociedade civil”. Para Paulo Freire, partidário da visão *grasmciana*, o Estado é um espaço sociocultural em constante disputa, seja entre sujeitos e classes sociais que têm interesses individualistas e privatistas, seja entre aqueles que buscam concebê-lo como espaço público em formação, capaz de promover justiça econômica, social e cultural. [...] podemos destacar que desde os anos de 1960, tanto no campo das práticas quanto nos momentos de reflexão sobre as ações em Educação Popular, produziu-se um conjunto de categorias importantes para orientar as experiências populares e institucionais. Porém, mesmo assumindo a dificuldade em selecionar as principais contribuições do campo da Educação Popular, deliberamos por destacar as categorias que contêm em si uma ideia-força capaz de balizar e orientar os agentes públicos em seu trabalho cotidiano, em especial na construção e na implementação de políticas públicas no Brasil (BRASIL, 2014, pp. 37 e 38, aspas e itálico no original).

Brayner reconhece, no entanto, que o problema não se encontra tanto na definição deste ou daquele método, mas no próprio princípio assumido pelo Estado como responsável por educar: ora, “a ciência pedagógica tem que começar por ser a determinação científica do ideal pedagógico, dos fins educativos”, já havia ensinado José (ORTEGA Y GASSET, 1966a, pp. 508-509, tradução livre), em *La pedagogía social como programa político*: “[...] a pedagogia antecipa o que o homem deve ser e depois busca os instrumentos para fazer com que o homem chegue a ser o que deve”. Sabe-se que o ideal pedagógico da concepção freireana é a libertação por meio da conscientização, tendo por metodologia o diálogo: ideia que é apresentada no título do terceiro capítulo da *Pedagogia do oprimido*, “A dialogicidade - essência da educação como prática da liberdade” (FREIRE, 2016).

Tendo dito isso, não é possível afirmar que, quando o Estado advoga para si a tarefa da educação popular - do “povo”, termo, por si só, já extremamente complicado<sup>11</sup> -, o que ele esteja fazendo, ao eleger o método pedagógico freireano como basilar e orientador, é estabelecer a finalidade da educação como a libertação por meio da conscientização? A pergunta incômoda que surge dessa reflexão é a seguinte: e se alguém

<sup>11</sup> Vale ressaltar o que diz o autor: “o ‘povo’ (‘Esta palavra que serve para qualquer coisa!’), como diria Mirabeau) ou os ‘oprimidos’, como queiram, não é algo que está-aí, vagando pelo social à espera de que os políticos venham manipulá-lo ou que os intelectuais venham libertá-lo; o povo é uma criação discursiva com conotações muito diversificadas em cada época histórica, servindo - como conceito - a interesses muito diferentes e está longe de representar qualquer forma de homogeneidade em sua composição semântica” (BRAYNER, 2017, p. 865, aspas e parênteses no original).

não quiser ser “libertado”? Quem garantirá esse direito? “De todas as tiranias, talvez a pior e mais opressiva seja aquela exercida pelo bem de suas vítimas”, disse o sagaz C. S. Lewis, em *A teoria humanitária da punição* (LEWIS, 2017, p. 186), “no caso dos que nos atormentam para nosso próprio bem, [...] o tormento não tem fim, pois eles agem com a aprovação da própria consciência”.

O problema ao estabelecer uma pedagogia específica como base de políticas públicas é que ela cria e fecha um círculo inescapável, uma vez que a própria política pública se torna uma forma de “pedagogizar” a sociedade com base em si mesma. Nesse círculo não há lugar para a liberdade individual. É o problema que já foi apresentado anteriormente quando discuti sobre os temas geradores: eles são extraídos de um contexto semântico específico, ressignificados e reintroduzidos, mas isso supõe que o significado atribuído artificialmente após sua retirada é superior, mais sublime e digno, do que aquele que originalmente possuía. É supor que “[...] a consciência do outro é insuficiente, precária ou ingênua” (BRAYNER, 2017, p. 859), e alguém poderia argumentar que “ser ‘curado’ contra a vontade, de estados que talvez não consideremos doença, é ser nivelado aos bebês, aos dementes e aos animais domésticos” (LEWIS, 2017, p. 187).

Elevando a reflexão a um nível muito mais alto, o professor Flávio Brayner reconhece que este problema pode se transformar em algo muito perigoso:

quando o Estado quer ser educador e considera como legítima sua exclusiva opção de construção de políticas públicas por meio de um “método pedagógico emancipador”, temos o direito, eventualmente, de desconfiar: afinal, foi em nome da emancipação da sociedade que o stalinismo, usando do poder intelectual supostamente emancipatório do marxismo, inventou os Gulags! (BRAYNER, 2017, p. 859, aspas no original).

Assim, o processo de institucionalização de Paulo Freire, que começou com a dicionarização, que estabelece um escopo validado de significação, passa à disciplinarização, tornando o que antes era prática efetiva em disciplina acadêmica - que, pela própria essência, o afasta de sua intenção original - culmina por transformar a prática pedagógica em questão - o “método Paulo Freire” - em base, *modus operandi* e finalidade das políticas públicas do Estado por meio de duas atividades oficiais, a saber, a escolha do pensador como Patrono da Educação Brasileira, em 2012, e a publicação do Marco de Referência para a Educação Popular, em 2014.

Essa transformação ideológica, que acarretou a perda da força original da proposta pedagógica, traz consigo ainda outro elemento problemático de acordo com Brayner: a incômoda semelhança com uma prática religiosa.

### Uma teologia laica

A pedra angular - com o perdão do gracejo - da transformação do “paulofreireanismo” em uma teologia laica, seu ponto de partida, é encontrado por Flávio Brayner no texto *A Fundamentação Teórica do Sistema Paulo Freire de Educação*, já anteriormente mencionado: “a ideia, não de todo declarada, de que um sistema pedagógico possa ter a mesma natureza de uma religião, o Cristianismo, entendido como o grau máximo da humanidade autêntica” (BRAYNER, 2017, p. 862). No artigo em questão, o autor chega a afirmar que esse sistema “uma vez posto a funcionar, não para mais, é processo irreversível e que, dada a sua grande objetividade, independe da atuação isolada de seus indivíduos que o apliquem ou o queiram deformar” (MACIEL, 1963, p. 21). É característico dos sistemas querer enquadrar a realidade havida e por haver na explicação que comportam. Uma tarefa, felizmente, natimorta.

Essa não é a única excentricidade teórica no texto do professor Jarbas Maciel. Chega a ser divertido o comentário feito por Flávio Brayner a respeito do artigo, por isso peço licença ao leitor para citá-lo integralmente:

o artigo é uma verdadeira pérola de ecletismo teórico, misturando Cristianismo, lógica tomista-aristotélica, lógica apofântica (aquela capaz de esclarecer ou iluminar a realidade por intermédio de proposições verdadeiras), teoria escolástica da suposição formal e material, teoria do reflexo condicionado de Pavlov, pragmática existencial concreto-sensível-vegetativa (!), teoria dos sistemas.... Uma verdadeira salada ideológica que chega a causar espécie o fato de o próprio Paulo Freire ter aceito essa vertigem protofilosófica do professor Jarbas Maciel como fundamentação teórica de seu “sistema”. O fato é que Paulo nunca repetiu essa mistura e creio que jamais falou de sua pedagogia como um “sistema” (BRAYNER, 2017, p. 861, parênteses, aspas e reticências no original).

De qualquer modo, a tentativa de transformar o método em um sistema é, para Brayner, o começo de um comportamento que vai assemelhar o “paulofreireanismo” a uma teologia. Ele diz, e sou levado a concordar com ele sobre isso, que

não conheço nenhuma outra proposta pedagógica que tenha elaborado seus fundamentos a partir das noções modernas de “crítica”, de “liberdade”, de “sujeito” e de “consciência” e exposto suas ideias e expectativas (pedagógicas, humanas e sociais) em linguagem tão vincada por uma nomenclatura religiosa como o paulofreireanismo! (idem, p. 865, aspas e parênteses no original).

Ele não se refere somente ao léxico: as virtudes teologais de São Paulo (1Cor 13:13) são termos que amiúde são encontrados na obra de Freire, principalmente em *Pedagogia do oprimido* (FREIRE, 2016, p. 136). É com um encômio a elas, afinal, que a obra termina: “se nada ficar destas páginas, algo, pelo menos, esperamos que permaneça: nossa confiança no povo. Nossa fé nos homens e na criação de um mundo em que seja menos difícil amar. (idem, p. 284). Esperança, fé e amor(osidade) são a base do diálogo que é, para todos os efeitos, o modo como o método funciona e deve funcionar. Atribuir estas virtudes a qualquer prática social não é atribuir-lhe, como diz Brayner (2017, p. 865), uma atividade pastoral? A esperança supõe um trajeto a ser percorrido em direção a um ideal, vencendo as tentações dos desvios e atalhos, procurando convencer os transeuntes que caminham em direção diversa, que eles precisam voltar, fazer uma conversão, “pensar certo” (FREIRE, 2007, p. 49) a fim de libertar-se dos grilhões impostos pela opressão do mal: “vinde a mim todos os cansados e oprimidos, e eu vos aliviarei” (Mt 11:28). Tudo isso, motivado por uma vocação – será que existe um termo mais religioso que este?<sup>12</sup> – não para a santidade, mas para *ser mais*. O objetivo é transformar esse chamado em uma escolha responsável e consciente. É exatamente aqui no “dístico freireano da célebre vocação-para-ser-mais”, reconhece Brayner (2017, p. 866), que está condensada “essa curiosa articulação entre laicidade pedagógica e expectativas soteriológicas”. “Ser mais o que?”, poderíamos nos perguntar. E a resposta que parece surgir da leitura dos textos de Freire é: mais humano. “Eis o homem!” (Jo 19:5).

Flávio Brayner aponta ainda que este provavelmente é o primeiro grande motivo pelo qual “ainda somos freireanos” (2017, p. 867). A capacidade de aliar dois aspectos irreconciliáveis – laicidade e soteriologia – garante que a prática pedagógica não seja, pelo menos não aparentemente, prostituída aos interesses imediatistas do mercado, pois mantém ainda um resquício de luta, de subversão, de rebeldia, com um olhar esperançoso na Terra Prometida.

Ora, uma educação que se despreocupou em formar, uma pedagogia exclusivamente centrada nas exigências subjetivas do mercado (flexibilidade, empregabilidade, adaptabilidade..., para o que a competência socioemocional é a

<sup>12</sup> A *Pedagogia do oprimido* é um campo fecundo de exemplos a este respeito: ali lê-se sobre renascimento como “homem novo” (FREIRE, 2016, p. 70 e 90), conversão (idem, p. 90), comunhão (idem, p. 95)...

última aquisição!) só pode encontrar um contraponto em um projeto de “reencantamento” transcendente do pedagógico, um projeto que nos lance para além da facticidade da vida e alimente nossas esperanças de que o homem pode ultrapassar, pela ação concertada com outros homens, as determinações da vida ordinária; que o presente não é um cão mordendo a própria cauda e que poderíamos, em algum ponto de nosso percurso, restaurar a dignidade da crítica e a sensibilidade utópica (ibidem, parênteses e aspas no original).

Além da constituição de um sistema perene, como a tentativa felizmente fracassada de Jarbas Maciel, do vocabulário religioso e da preocupação soteriológica, existe ainda um caráter escatológico no “paulofreireanismo” que faz dele uma pedagogia profética. Flávio Brayner se refere a este aspecto lembrando os antigos profetas do Velho Testamento, cujas atividades procuravam condenar o desvio do caminho correto, aquele que conduz ao Altíssimo, por atalhos como riqueza e poder, por exemplo, além de evidenciar injustiças sociais, opressão, o perigo da autossuficiência, abuso de poder e desigualdades sociais.

Para Brayner (idem, p. 868), o elemento escatológico do “paulofreireanismo” está no binômio anúncio/denúncia, cuja apresentação mais bem formulada provavelmente está em *Denúncia, anúncio, profecia, utopia e sonho* (FREIRE, 1997): a denúncia consiste em alertar sobre o opressor contido e escondido em cada um, da aceitação de modelos educacionais bancários (FREIRE, 2016, 103) e de uma concepção estática de mundo que retira do sujeito sua capacidade de alterá-lo; o anúncio, por sua vez, está presente na “ideia freireana do desvelar” (BRAYNER, 2017, p. 868): o desvelamento supõe – tema antigo no pensamento de Freire – a transição/transitivização de uma consciência ingênua para uma consciência crítica (FREIRE, 2003) e a perspectiva de que existe algo para além do que é imediatamente percebido no mundo. A partir dessa transitividade da consciência é possível perceber o ideal humano que se deve almejar e, tendo isso em vista, a) encontrar seu lugar no mundo e identificar o nível de alienação em que se encontra, b) valer-se da conscientização dialógica e amorosa com o intuito final de c) libertar-se de, ou como prefere Freire (2016, p. 63), superar toda forma de opressão.

“De resto”, conclui o professor Flávio Brayner (2017, p. 868), “receio que estejamos diante de um léxico [...] que, visto de certa distância, demonstra sua indisfarçável veia religiosa”. Esse universo vocabular revela-se como um alerta profético e, como toda profecia, denuncia o que é e não deveria ser e anuncia o que deveria ser e não é. Além disso, constitui uma doutrina da redenção através do diálogo amoroso e conscientizador. A partir destes levantamentos, Brayner aponta também para o fato de que estes aspectos que fazem do “paulofreireanismo” uma teologia laica talvez constituam o ponto central do fascínio que ele exerce sobre aqueles que são seus seguidores: “Ihes devolve um sentimento de comunidade, atado pelos laços de uma mística teopedagógica ratificada a cada instante pela própria doutrina que os mecanismos institucionais induzem e reproduzem (ibidem).

Se assim é, existe uma necessidade e um desejo – inconsciente, talvez? – de transformar o que antes era uma proposta pedagógica voltada para uma prática específica de ação delimitada e determinada, em um sistema abrangente, genérico, repleto de camadas que se sobrepõem e que pode ser indefinidamente aplicado em qualquer situação em que alguém se considere ou seja considerado oprimido. O “paulofreireanismo” se torna, assim, um verdadeiro labirinto de conceitos e neologismos, ressignificações e atualizações, que tem como um de seus objetivos diluir a crítica e o estudo comprometido das obras do autor em um milharal de jargões emocionalmente apelativos e jogos de palavras confusos e anódinos. Ao contrário de uma teoria revolucionária da educação, que é claramente o objetivo da *Pedagogia do oprimido* (FREIRE, 2016, p. 196), tem-se, quem diria, uma sectarização doutrinária e dogmática<sup>13</sup>, em que um crítico audacioso e contumaz é tratado como um herege.

<sup>13</sup> “A liderança revolucionária, pelo contrário, científico-humanista, não pode absolutizar a ignorância das massas. Não pode crer neste mito. **Não tem sequer o direito de duvidar, por um momento, de que isto é um mito**” (FREIRE, 2016, p. 209, negrito meu).

## Considerações finais

O ensaio do professor Flávio Brayner, “*Paulofreireanismo*”: *instituindo uma teologia laica?*, que procurei analisar neste artigo, tem uma importância muito grande dentro de uma discussão sobre a pedagogia de Paulo Freire por sua sagacidade e crítica, mas principalmente por apontar uma questão muito problemática. Conforme já foi comentado durante o XIII Colóquio Internacional Antero de Quental (2019), em trabalho intitulado *Educação e revolução: uma análise crítica da proposta de libertação dos oprimidos em Paulo Freire*,

não há dúvida de que é preciso assumir Freire como referencial teórico essencial para pensar a educação brasileira, mas não para repeti-lo e muito menos para cultuá-lo como espécie de profeta nacional. O debate, a crítica, a reflexão, o estudo aprofundado, o questionamento desconfiado dos objetivos e a busca pelas origens das ideias devem ser o mote da leitura de suas obras. Não parece ser nada diferente do que ele próprio aconselhara fazer em relação a outros autores e do que ele acreditava ser o processo natural da criticidade (TOMAZ, 2019a, pp. 191-192).

Não é a falta de debate ou da reflexão que o professor Flávio Brayner denuncia em seu texto. Ele alerta para algo muito mais sutil: o domínio e o encarceramento da crítica e do estudo aprofundado por uma forma institucionalizada que ocorre por meio dos processos que comentei neste trabalho. Como procurei esclarecer, esse processo se inicia com um culto à personalidade e culmina em uma doutrina laica com pretensões escatológicas e soteriológicas.

Em 2019, quando apresentei o trabalho em questão, eu já havia terminado meu Mestrado em Educação (UFSJ, 2018), no qual me dediquei a estudar a obra freireana, e estava ciente da força do “paulofreireanismo”, embora não tivesse tido ainda contado com o texto de Brayner, nem mesmo sabia o comportamento denunciado por ele tinha um nome. No entanto, como se nota na citação anterior, fiz menção ao mesmíssimo tipo de comportamento que analisei neste trabalho: o culto ao profeta nacional. Isso corrobora, pelo menos para mim, a sensação do professor Brayner e mostra, afinal, que ele está certo, pelo menos no reconhecimento de que o “paulofreireanismo” existe de fato.

Outro elemento que me leva a fazer tal afirmação ocorreu durante o intervalo de um dos dias de debate do XII Colóquio Antero de Quental, que ocorreu em 2018, na cidade de Mariana (MG). Eu havia acabado de defender minha dissertação e sofria de algo que denominei “depressão pós-banca”. Não tenho certeza se todos que passam pelo processo sofrem da mesma sensação. Talvez somente aqueles que tenham a ousadia de nadar contra a corrente. De qualquer modo, durante o evento eu ainda me sentia mal pela agressividade do processo. Durante o almoço de um dos dias do evento, um professor aposentado da USP que havia falado naquele mesmo dia sobre Hilton Japiassu, começou a conversar comigo sobre minha carreira acadêmica. Dentre outras coisas, eu falei sobre a incrível resistência que encontrei no Mestrado para poder levar a cabo minha pesquisa sobre Paulo Freire. Depois de me ouvir com grande atenção e paciência, ele me disse o seguinte: “Sabe, fui muito próximo do Paulo e o conheci com certa intimidade. Acredito que você esteja certo. O que fizeram dele e da sua obra não era exatamente o que ele queria.”

A importância, portanto, do ensaio do professor Brayner – apesar de haver questões problemáticas, sobre as quais não me dediquei neste artigo<sup>14</sup> - reside justamente na coragem e na ousadia de *desvelar* um tipo de comportamento castrador da crítica e da reflexão verdadeiras, cujas amarras agrilhoam o pensamento no cárcere de uma ideologia.

<sup>14</sup> Refiro-me, por exemplo, à crítica ao caráter salvacionista (soteriológico) da pedagogia de Freire. De fato, a pedagogia freireana tem esse aspecto, mas não é isso que dá ao “paulofreireanismo” sua força. Afinal, pode haver um tipo de ação educativa sem a ideia da salvação? Há também outras questões que merecem análise.

Qualquer um que tenha lido os livros de Freire com o devido cuidado e a devida distância que a reflexão e o pensamento exigem, há de ter percebido – além de toda polêmica e do anacronismo – que a crítica verdadeira, ao contrário de destruir um pensamento do autor, mantém-no vivo, dá a ele um novo ânimo, impede sua “segunda morte” (BRAYNER, 2017, p. 869) na institucionalização. Sobre esta questão, Ortega y Gasset me parece o melhor exemplo a ser citado. Em *Meditaciones del Quijote* ele diz o seguinte:

vejo na crítica um fervoroso esforço para potenciar a obra escolhida. [...] A crítica não é biografia, nem se justifica como trabalho independente, se não aspira completar a obra. Isso quer dizer, de imediato, que o crítico há de introduzir em seu trabalho todos os utensílios sentimentais e ideológicos adequados com os quais o leitor médio possa receber a impressão mais intensa e clara da obra quanto possível. Convém orientar a crítica em um sentido afirmativo e dirigi-la, mais que a corrigir o autor, a dotar o leitor de um órgão visual mais perfeito. A obra se completa completando sua leitura (ORTEGA Y GASSET, 1966b, p. 325, tradução livre, negrito meu).

O grande problema, a meu ver, se encontra mais no início do processo – o culto à personalidade, a fidelidade doutrinária e do programa metodológico e sua transformação em uma teologia laica – assumida pelo Estado, mas com pretensões soteriológicas – do que no processo em si – dicionarização e disciplinarização. Durante minha graduação em Filosofia recorri diversas vezes ao *Dicionário Kant* na disciplina de *Idealismo Alemão*, mas em nenhum momento senti que o pensamento kantiano houvesse sido institucionalizado ou que a crítica ao professor de *Königsberg* tivesse limites estabelecidos por um cânone. Isso seria, na verdade, uma piada de mau gosto. O culto à personalidade e a fidelidade doutrinária parece ocorrer também em relação a outros autores, mas há de se questionar porque Kant nunca foi elevado ao posto de Patrono da Educação Alemã... Nietzsche, lembremo-nos, foi cogitado para o posto durante a década de 1940 pelo partido Nazista de Hitler e isso só serviu para que o preconceito contra o filósofo das marteladas aumentasse.

Finalmente, acredito que o tipo de conduta característico dos adeptos do “paulofreireanismo” tem muito pouco a ver com uma crítica verdadeira, conforme Ortega y Gasset esclareceu – a busca pela completude da obra por meio da leitura reflexiva – e se parece muito mais com o conselho de Maldonado, um demônio experiente, a seu diabólico sobrinho Vermelindo, seu aprendiz: “capture o flautista mágico e todos os ratos o seguirão” (LEWIS, 2017, p. 189).

## Referências

- BALDUINO, Andreola; BUENO, Ribeiro Mario. *Andarilho da Esperança: Paulo Freire no Conselho Mundial de Igrejas*. São Paulo: Aste, 2005.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. ASSUMPÇÃO, Raiane. *Cultura rebelde: escritos sobre a educação popular ontem e agora*. São Paulo: Ed.L/Instituto Paulo Freire: 2009
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Paulo Freire, educar para transformar: fotobiografia*. São Paulo: Mercado Cultural, 2005.
- BRAYNER, Flávio Henrique. “Paulofreireanismo”: instituindo uma teologia laica?. *Revista Brasileira de Educação*, 22(70), 2017.
- FREIRE, Paulo. *Cartas a Cristina*. São Paulo: Paz e Terra, 1994. 334 p.
- FREIRE, Paulo. *Conscientização e Alfabetização: uma nova visão do processo*. *Revista Estudos Universitários*, n. 4, abr.-jun. 1963.
- FREIRE, Paulo. Denúncia, anúncio, profecia, utopia e sonho. In: BRASIL; SENADO FEDERAL. *O livro da profecia: o Brasil no terceiro milênio*. Brasília: Coleção Senado, 1997.
- FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 36 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014. 189 p.
- FREIRE, Paulo. *Educação e atualidade brasileira*. 3 ed. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 2003. 124 p.

- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 2007
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 60ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016. 284 p.
- FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antonio. *Por uma pedagogia da pergunta*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. (Coleção Educação e Comunicação, v. 15).
- LEWIS, C. S. *Cartas de um diabo a seu aprendiz*. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2017.
- LEWIS, C. S. *Ética para viver melhor: diferentes atitudes para agir corretamente*. Trad. Cláudia Ziller. São Paulo: Planeta, 2017.
- MACIEL, Jarbas. *Fundamentação filosófica do sistema Paulo Freire*. *Revista Estudos Universitários*, n. 4, abr.-jun. 1963.
- ORTEGA Y GASSET, J. *La pedagogía social como programa político*. 7ª. ed. Madri: Revista de Occidente, 1966a. Obras Completas, v. I.
- ORTEGA Y GASSET, J. *Meditaciones del Quijote*. 7ª. ed. Madri: Revista de Occidente, 1966b. Obras Completas, v. I.
- ORWELL, George. *Nineteen Eighty-Four*. London: Penguin Books, 2008.
- TOMAZ, M. S. de C. *Educação e revolução: uma análise crítica da proposta de libertação dos oprimidos em Paulo Freire*. *Saberes Interdisciplinares*, v. 12, p. 180-193, 2019a.
- TOMAZ, M. S. de C. *Mapeamento e análise do conceito “conscientização” em Paulo Freire*. *CES Revista*, v. 33, p. 170-189, 2019.
- TORRES, Carlos Alberto. Disponível em <https://acervo.paulofreire.org/items/50b1c916-7a06-40ce-9e37-ca5e3112b8a3/full>

---

Doutor em Educação pela UFSJ, 2024  
E-mail: [msctomaz@hotmail.com](mailto:msctomaz@hotmail.com)